



EDUCAÇÃO E TRADIÇÃO BANTU: PARADIGMAS TEÓRICOS E CIVILIZATÓRIOS NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES/AS

Ivan Costa Lima ¹
Francisco Danierbes de Souza Santos ²

RESUMO

O projeto objetiva produzir conhecimentos sistematizados sobre as origens do que tem se denominado sobre cultura negra no Brasil. O foco situa-se na compreensão da tradição bantu, em seus aspectos linguísticos, étnicos, culturais, filosóficos e religiosos. Estes povos foram a presença negra predominante nos primeiros séculos do escravismo criminoso, influenciando a língua portuguesa e as diferenças manifestações culturais negras na sociedade brasileira. A problemática a ser discutida se refere ao desconhecimento e a distorção, por parte da sociedade e da educação em especial, da importância dos povos bantu no repertório cultural negro-africana como parte de uma filosofia coletiva rica e abrangente desde o continente africano. Assim, metodologicamente utiliza-se da pesquisa bibliográfica para constituir um acervo de estudos e pesquisa sobre a tradição bantu, bem como do estudo de caso caracterizando um fenômeno pouco conhecido iluminando a compreensão dos educadores/as sobre conceitos e bases filosóficas sobre os bantu. Pretende-se com o estudo dar novos significados a cultura negra no Brasil, ampliando a experiência educativa em torno das manifestações de cultura negra de tradição bantu no rompimento de uma racionalidade ocidental ainda presente em nossa formação social.

Palavras-chave: Cultura negra, Tradição bantu, Formação de educadores/as, Filosofia africana, Identidade negro-africana.

INTRODUÇÃO

O estudo situa-se dentro do projeto de pesquisa, em andamento, apresentado ao Programa Institucional de Iniciação Científica da UNILAB, por meio do edital PROPPG 04/2021 PIBIC-UNILAB/CNPq, intitulado: “Educação e tradição bantu: paradigmas teóricos e civilizatórios na formação de educadores/as”, tendo como bolsista Francisco Danierbes, estudante do curso de pedagogia, que pretende realizar seu trabalho de conclusão de curso com esta temática. E, se encontra no âmbito das ações desenvolvidas pelo Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global da Unilab em parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais,

¹ Doutor em Educação do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, dofonos@gmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Af ro-Brasileira - Unilab, bolsista Pibic- Unilab/CNPq, fdanierbessantos@gmail.com.

Movimentos Sociais e Educação – N’umbuntu da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), ambos certificados pelo CNPq.

Por outro lado, a pesquisa atende outros desafios articulados por uma vivência pessoal minha, Ivan Lima, como iniciado na tradição bantu no candomblé de Angola, na Comunidade terreiro Abassá³ de Odé, em Florianópolis, Santa Catarina, tendo como tata⁴ Arolegy, mais conhecido como Pai Leco (*in memoriam*), no ano de 1999. Com seu falecimento, dei continuidade a este processo a partir de minha inserção na comunidade Abassá Tata de *Nkissi Odé Omi*, dirigido por Pai Toninho, também em Florianópolis para a complementação de minhas obrigações religiosas na raiz Angola, com a realização de minha obrigação de três anos em 2021.

O foco é contribuir com estes polos, de prática existencial e a tarefa da universidade em seu papel formador, dentro desta concepção, deve-se afirmar a importância em se conhecer as tradições bantu, sua relação com o sagrado, sua dimensão civilizatória e ancestral, como possibilidade de introduzir essa gama de conhecimentos numa rede educativa para promover o legado africano em todas as suas possibilidades.

Desde já, evidenciar que o uso do termo bantu, diferentemente de outros autores/as, está sendo utilizado para reforçar seu aspecto civilizatório, visto que a partícula **NTU** diz respeito ao “[...] princípio da existência de tudo”, conforme assevera Cunha Júnior (2010, p. 26), reforçando a dimensão filosófica que conforma a existência dos sujeitos dentro da tradição bantu. Neste sentido, Bantu, portanto se refere a organização do sujeito coletivo e sua relação no campo material, simbólico ou do espiritual (CUNHA JR, 2010, p. 33).

Com estas referências, situamos o artigo dentro de uma abordagem qualitativa (WELLER, 2013), na utilização da pesquisa bibliográfica e documental, no sentido de constituir um acervo do que foi produzido, dentro e fora da academia, sobre a tradição bantu, e que possa ser disponibilizado para a formação de educadores/as. Essa abordagem bibliográfica significa que “[...] além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto” (ESTEBAN, 2010, p. 15), também nos auxilia em ampliar a reflexão crítica desse conhecimento, com isso relacionar as abordagens iniciais com nossas experiências seja educativa ou iniciática.

³ Abassá é uma das várias designações dos lugares de realização dos candomblés, sendo chamados também de terreiros, casas, barracão, roças ou ilê, dependendo da tradição.

⁴ Denominação de pai de santo na tradição bantu.



No campo da educação, evidencia-se a promulgação da lei 10639/2003 (BRASIL, 2004), que determina a história e a cultura africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino. Para sua consolidação, com o objetivo de estabelecer metas e responsabilidades para a implementação de uma educação antirracista, aprovou-se em 2008, o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais, resultado de diferentes fóruns regionais de discussão.

Com isso tem-se a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que se encontra na cidade de Redenção-CE e São Francisco do Conde-BA, se despontado como alternativa epistemológica, teórico-metodológica para este debate, em especial, a constituição do curso de Pedagogia, que em seu projeto pedagógico assume uma inspiração afrocentrada⁵. Assim, entre outras componentes curriculares tem dado ênfase as religiões de matrizes africanas, destacando-as como valores civilizatórios que impactam o conjunto das culturas constituídas no Brasil.

Neste sentido, a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos no caso brasileiro e, em especial, sobre as religiões de matrizes africanas, que sofrem com o racismo religioso. Portanto, vamos debater sobre as tradições bantu e como esta contribui para a organização do chamado Candomblé de Angola.

TRADIÇÃO BANTU: DIMENSÕES CIVILIZATÓRIAS

No Brasil quando se discute cultura negra, muito provavelmente, se faz menção ao continente africano numa dimensão unidirecional, cuja principal referência seria a cultura nagô, a partir do culto aos orixás, como a principal preservação africana em terras brasileiras. Assim, observa-se a negação da importância cultural do segmento bantu na formação brasileira, contudo essa tradição “[...] pela anterioridade de sua presença e pelo número vultoso de sua entrada nos portos brasileiros por mais de 300 anos” (LOPES, 20021, p. 9), se constitui como conhecimento a ser considerado e estudado em diferentes práticas educativas.

A tradição bantu conforme situa Fourshey, Gonzales e Saidi (2019, p. 22) diz respeito a uma história abrangente, dentro e fora do continente africano, que remonta há pelos 3500 anos antes da era atual. Ao longo deste processo, em África houve toda uma interação entre diversas

⁵ Afrocentrismo é entendido como uma proposta que traz os conhecimentos de base africana e da diáspora para o centro do debate, assim como critica o etnocentrismo ocidental e propugna a possibilidade de diálogo entre os conhecimentos produzidos em outras perspectivas (NASCIMENTO, 2009, p. 31).



regiões e grupos que configuram os povos bantu no estabelecimento de comunidades em grande parte da chamada região Subsaariana, assim:

O termo “Bantu” não pode ser reduzido a um único grupo. Em vez disso, é útil pensá-lo como um paradigma conceitual que pode ser chamado de “tradição Bantu”. Algo muito parecido com a noção comum de “tradição da Europa Ocidental” ou “tradição do Leste Asiático”. Elas abrangem sociedades com práticas linguísticas, culturais, artísticas, históricas, políticas e religiosas variadas que são comumente discutidas em conjunto, embora, ao mesmo tempo, entenda-se que se tratam de tradições heterogêneas. (FOURSHEY, GONZALES E SAIDI, 2019, p. 36).

Portanto, é fundamental argumentar que este processo deve ser entendido como uma dimensão conceitual e civilizatória de longa duração, em função daqueles elementos que os caracterizam, no passado e no presente dos povos bantu, e que influenciaram a nação brasileira e de outras partes nas Américas.

Assim, bantu para além dos aspectos de um tronco linguístico, conforme situa a maioria dos estudos, também se reveste de outras dimensões, entre elas a filosófica. Sobre isso, Cunha Jr (2010, p. 30) vai situar que a tradição bantu se organiza a partir de unidade na diversidade cultural, que apresentam valores sociais comuns, como: ancestralidade, a oralidade, o comunitarismo e a relação familiar e, em especial, pela concepção de ser humano composto do seu corpo físico e da sua inteligência viva.

Esses elementos, portanto, se configuram como uma filosofia africana, trazida ao Brasil pelo escravismo criminoso, fazendo com que se coloquem como saberes ancestrais, cujo estudo pode contribuir em problematizar a dominação ocidental sobre as populações africanas e na diáspora. Neste sentido, a compreensão da estrutura filosófica que orienta a tradição bantu se coloca como contribuição, a demanda suscitada pela lei 10639, quando estabelece o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino.

Vislumbrar o impacto que essa base traz ao Brasil é auxiliar na compreensão de como, desde a época da invasão continental africana até os dias atuais, a cultura negra desenvolvida é atravessada de forma incontestável por esta tradição. Como pode-se facilmente encontrar, por exemplo, nos elementos de culturas organizadas no Brasil: “[...] aos batuques, às batidas, ao gingado, pontos hoje conhecidos legitimamente como brasileiros, mas que possuem passado de intimidade com o povo oriundo da África [...]” (SILVA, 2017, p. 29), sobretudo, dos povos de tradição bantu.

Sobre isso, compreende-se haver nas tradições bantu o desenvolvimento de organizações sociais, políticas e culturais que marcam a constituição das experiências africanas conduzidas no Brasil, a exemplo dos quilombos, dos maracatus, organização em irmandades

religiosas, samba, capoeira entre outros, configurando uma afirmação da identidade negra e ligação com as matrizes africanas no Brasil (CUNHA JUNIOR; SILVA; NUNES, 2011), que produziram uma ética de resistência e elaboração de sentido para a vida baseada no equilíbrio do ser humano com tudo que nos cerca.

Assim, discutimos que ao longo da história da tradição bantu, observa-se elementos que constituem a vivência destes povos em torno da “[...] história dos espíritos ancestrais e territoriais [que] exemplifica a importância não apenas do Criador abstrato, mas também das relações que conectavam os reinos espiritual/etéreo e humano/temporal.” (FOURSHEY, GONZALES E SAIDI, 2019, p. 105), reforçando a importância dos ancestrais como energias intermediárias importantes contra os infortúnios da vida comunitária.

Nesta direção, busca-se compreender que, nesta tradição, a existência é parte da vida coletiva; e que está atrelada a dinâmica filosófica e civilizatória que marcam valores sociais, como a crença em um Deus único, a palavra falada que qualificam sua existência no mundo (LOPES, 2021, p. 148). Neste sentido, os termos NTU, MUNTU, BANTU e UBUNTU são as formas dos princípios filosóficos que aparecem nos diferentes povos. Para Cunha Júnior (2010, p. 26 – grifos do autor):

Na raiz filosófica africana denominada de *Bantu*, o termo NTU designa a parte essencial de tudo que existe e tudo que nos é dado a conhecer à existência. O *Muntu* é a pessoa, constituída pelo corpo, mente, cultura e principalmente, pela palavra. A palavra com um fio condutor da sua própria história, do seu próprio conhecimento da existência. A população, a comunidade é expressa pela palavra *Bantu*. A comunidade é histórica, é uma reunião de palavras, como suas existências. No *Ubuntu*, temos a existência definida pela existência de outras existências. Eu, nós, existimos porque você e os outros existem; tem um sentido colaborativo da existência humana coletiva.

Sobre este ponto de vista, Lopes (2021, p. 146) é enfático ao se referir que a tradição bantu é detentora de um conhecimento existencial amplo e complexo, diz ele: “Fora de dúvida, então, hoje, a existência de uma filosofia banto, e de uma personalidade africana perfeitamente definida, bem como de um conjunto de saberes ancestrais compartilhados por toda uma tradição negro-africana”, que se colocam como conhecimentos a serem compartilhados.

Neste sentido, o referido autor, a partir de um conjunto consistente de referências sobre este universo, descreve que o eixo principal se refere a dimensão da religiosidade, que está ligado a noção de força. Com isso: “[...] a noção de força toma o lugar da noção de ser, e, assim, toda cultura banta é orientada no sentido do aumento dessa força e da luta contra a sua perda ou diminuição” (LOPES, 2021, p. 141), reflexão esta que vai aparecer em outras formas religiosas de base africana constituída no Brasil.

Notadamente, tal concepção interliga os vivos, os antepassados e a comunidade, no sentido de que esta força deverá a todo momento ser aumentada, como energia geradora cuja diminuição deve ser evitada, para que assim, seja destinada para a comunhão de todos, a partir das relações comunitárias que por ela são interligados, através de rituais simbólicos.

Este debate sustenta a existência de eixos fundantes da tradição bantu, para Malandrino (2010, p. 62), onde a partir da distribuição desta energia vital, há uma organização em torno de três leis, que explicam a religiosidade da tradição bantu, que seria: 1) Lei da Hierarquia dos seres ou Pirâmide vital. 2) Lei do crescimento. 3) Lei do dinamismo vital: interação e interdependência, que aqui não teremos condição de explorar.

Mas, a primeira lei refere-se à existência de intercâmbio permanente entre o mundo visível e invisível, constituindo-se numa pirâmide onde, no mundo invisível está o Ser Supremo, o criador que detém toda a fonte da vida. Em seguida, tem-se os ancestrais intermediários do Ser Supremo, conhecido por diferentes denominações: *Nzambi, Kalunga, Suku* etc, e dos antepassados, considerados como antigas figuras heroicas por seus atos. No mundo visível temos os seres humanos, animais, vegetais e minerais. Conforme explica a autora “Quanto mais próximo o homem se encontrar dos antepassados ou dos seres superiores, mais goza a plenitude vital, pois os antepassados prolongam-se nos seus descendentes” (MALANDRINO, 2010, p. 62).

Segundo nos explica Lopes (2021, p. 147) a relação dos bantu com os ancestrais é algo bastante importante na medida em que “[...] os espíritos dos ancestrais são os principais intermediários entre a Divindade Suprema e os humanos”, capazes de serem considerados como divindades secundárias como é o caso dos *inquices*, dos bantu da etnia bacongo associados as forças da natureza.

Assim, estes elementos estão devidamente conectados e, para reafirmar esta relação, sempre que seja preciso aumentar a energia vital é necessário que se recorra aos rituais destinado aos Ser Supremo e seus intermediários que estão à disposição, pelo princípio da interação, aos seres humanos. Essa energia que se manifesta em todo mundo visível e não visível, conforme as leis da tradição bantu, constitui a força vital que será denominado de *moyo* ou *ngunzo*, que tem como fundamento equilibrar a energia para um mundo melhor para todos/as de sua comunidade.

Sobre isto Oliveira (2021, p. 130 – 131) reforça que “O pensamento banto não é um pensamento de punição e restrição, de culpa e de escassez; ao contrário é uma filosofia da abundância e da generosidade, da liberdade e da comunhão[...]” cuja estrutura social sua ordem social na perspectiva de que esta força vital mantenha o equilíbrio. Até aqui, buscou-se trazer



uma compreensão mais geral dos principais elementos que configuram a tradição bantu, há ainda outras dimensões filosóficas neste pensamento, que, vão evidenciar a organização no Brasil da constituição do candomblé de Angola.

TRADIÇÃO BANTU E O CANDOMBLÉ DE ANGOLA NO BRASIL

No Brasil como situa Lopes (2021, p. 9) o escravismo brasileiro, em seus primeiros momentos foi “[...] eminentemente bantu, como prova a presença afro-originada principalmente na música, nas danças dramáticas, na linguagem, farmacologia, nas técnicas de trabalho e até mesmo nas estratégias de resistência aqui desenvolvidas.” Neste caso, o autor reforça um aspecto importante de resistência, sendo a mais conhecida as comunidades quilombolas, que, para além do entendimento como apenas um lugar de negros/as fugidos, reforçando uma suposta inferioridade destes sujeitos no inconsciente nacional e na formação dos educadores/as, são experiências organizativas e militares que já existiam no continente africano, como demonstram os estudos de Munanga (1995/1996) a respeito das comunidades quilombolas em África.

A partir do escravismo criminoso, no dizer de Cunha Júnior (2011), registra-se ciclos de presença de populações de origem africana, Ciclo da Guiné; Ciclo Angola-Congo; Ciclo da Costa da Mina e Ciclo da Baía do Benim. Observa-se, como situa Lopes (2021, p. 190) que estes ciclos de traslados forçados constituíram um conjunto significativo de povos de tradição bantu. Esses sujeitos trazem, além de experiências e conhecimentos que influenciaram de forma evidente a sociedade brasileira, a constituição de formas religiosas, que serão forjadas de forma a acomodar diferentes tradições em solo brasileiro.

Para Souza (2005, p. 83) uma das faces desta religiosidade estaria ancorada nos festejos realizados para a coroação dos reis de Congo “[...] esses reis negros no Brasil escravista eram polos aglutinadores de comunidades que construíram identidades a partir dos legados africanos [...]” que, portanto, conformavam na análise da autora como um catolicismo africano.

Com isso, a tradição bantu vai reconfigurar as matrizes religiosas de base africanas, num espaço e tempo de afirmação de identidades, em um contexto violento e opressor, constituindo o candomblé, a partir de um processo histórico marcado por diferentes modos de organização das formas culturais ancoradas na experiência africana, assim tem-se que:

A palavra “candomblé”, entretanto, é certamente de origem banta, tendo como raiz o quimbundo “kiandomb” ou o quicongo “ndombe”, ambos significando “negro” [...] da mesma fonte etimológica, o vocábulo “candombe” designa, no Brasil, uma



devoção sincrética praticada no ambiente das congadas e também, em Minas Gerais, um dos grupamentos da fraternidade de Nossa Senhora do Rosario e dos Santos Pretos, segundo Saul Martins (LOPES, 2021, p. 193).

Podemos considerar, portanto, o candomblé como experiência religiosa reconstituída no Brasil pelas diferentes matrizes de negros/as, que sofreram com o processo de escravização, reestruturando suas identidades culturais que remetesse as formas organizativas das sociedades africanas, em especial, as matrizes bantu com seus inquices e santos, os nagôs-iorubá com a tradição dos orixás e o jeje com seus voduns (MUNANGA; GOMES, 2016), entre outras variadas tradições que receberam diferentes nomes ao longo do Brasil.

Assim, ligados à tradição bantu teremos a constituição do candomblé de Angola, candomblé de caboclo ou Congo-Angola, bem como da base de constituição de confrarias católicas e base de matrizes africanas no nascimento da Umbanda no Brasil.

Paralelamente, é importante se ressaltar que a tradição bantu influenciou, de maneira decisiva, o quadro linguístico que levou a modificação do português do Brasil, entre elas o quicongo, o umbundo e o quimbundo, que reconfiguram significativamente a fonética, a morfologia e a sintaxe de nossa língua (LOPES, 2012, p. 20). Desta forma, aqui defendemos como legítima a pertinência do falar português nos ritos de tradições bantu, em face ao impacto que as línguas tradicionais africanas trazidas causaram no português brasileiro.

Reforça-se que o candomblé de Angola no Brasil vai se caracterizar como a manutenção de uma experiência religiosa bantu, ancorada na reverência a uma divindade única e suprema, mas conhecida como *Nzambi* ou *Nzambiapungo*, de onde emana toda a energia vital. Para intermediar as interações entre o ser supremo, os seres humanos, os ancestrais e os antepassados, tem-se as divindades mais conhecidas como *Nkissi* ou em português inquices (FIGUEIREDO, 2010), reforçando a dimensão ancestral encontrada no vértice da pirâmide vital, mencionada anteriormente.

Desta forma, vinculado ao culto do ancestral emerge a expressão candomblé de caboclo, tradição bantu que reverencia os povos originários no Brasil, onde os indígenas são cultuados como ancestral encantado, os caboclos (MACHADO, 2015, p. 43), reforçando o diálogo que ampliou de forma significativa o respeito aos antepassados desta terra como entidades a serem cultuadas no Brasil

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos discutir neste artigo a emergência de se retomar o processo civilizatório bantu e sua importância na constituição das religiões de matrizes africanas no Brasil, considerando sua interface com diferentes manifestações que estão, ao nosso ver, ancorados na experiência de uma filosofia constituída pelos povos bantu.

Indicamos ser fundamental para isso ampliar o conhecimento sobre suas dimensões ontológica, no sentido de reforçar sua importância em estudos e pesquisa sobre esta tradição, na tentativa de tirá-la do segundo plano, mas, enfatizar que estes povos marcaram profundamente o modo de ser e de viver dos brasileiros.

Como tentamos demonstrar a base bantu tem um longo processo e atuou para dar base de constituição de religiões modernas, como a umbanda, assim como, demarca discussões ligadas a energia vital e aos ancestrais como parte de uma estrutura religiosa que informa diferentes maneiras na constituição do candomblé no Brasil. O conhecimento desses elementos, enquanto fundantes das religiões de matrizes africanas, pode trazer novas reflexões a respeito desta experiência religiosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Ntu. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9385>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CUNHA JÚNIOR, Henrique; SILVA, Joselina; NUNES, Cícera. **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

ESTEBAN, Maria Paz. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FIGUEIREDO, Janaína; ARAÚJO, Patrício Carneiro, Nkisi na diáspora. In: FIGUEIREDO, Janaína (org.). **Nkisi na Diáspora: raízes Bantu no Brasil**. p. 30-43. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/ivanc/OneDrive/Imagens/Documentos/Pedagogia2021/lingua%20bantu/Livro_Acubalin.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

FOURSHEY, Catherine; GONZALES, Rhonda; SAIDI, Chistine. **África bantu de 3500 a.C até o presente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.



LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 4 ed. rev. e atual. - Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACHADO, Veridiana Silva. **O cajado de Lemba: o Tempo no candomblé de nação Angola**. Dissertação – Mestrado em Ciências - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Ribeirão Preto, São Paulo, 2015.

MALANDRINO, Brígida Carla. **“Há sempre confiança de se estar ligado a alguém”**: dimensões utópicas das expressões da religiosidade *bantú* no Brasil. Tese – Ciências da Religião – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo (28): 56-62, dezembro/fevereiro, 1995/1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 11jun. 2022.

NASCIMENTO, Elisa L. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Coleção X - Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.

SILVA, Marcos José Diniz. “A praga dos catimbós em Fortaleza” e a legitimação do Espiritismo no campo religioso cearense. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano X, n. 28, Maio/Setembro, 25-42, 2017.

SOUZA, Marina de Mello e. Reis de Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. **Revista de História**, São Paulo: USP, n. 152, jun., p. 79-98, 2005.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**: teoria e prática, Petrópolis: Vozes, 2013.